

o assunto que havia sido versado pelo Sr. Pedroso Horta com o Sr. Carlos Lacerda.

Faço um apêlo à Casa para que vote a favor do requerimento pela circunstância gravíssima do momento que estamos vivendo, pois a democracia não pode ficar comprometida por qualquer Pedroso Horta. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. SERGIO MAGALHÃES — (*Para encaminhar a votação*) * — Sr. Presidente, falaram os líderes do bloco majoritário, falou o líder do meu Partido, o Trabalhista Brasileiro, e falou também o ilustre Deputado Padre Vidigal, todos eles apresentando as razões que, de imediato, justificam a convocação de S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça.

Não posso, neste momento, deixar de invocar também motivos mais profundos, razões muito mais sérias que vêm em abono não só da convocação do Sr. Ministro da Justiça mas também do início de um grande processo, o processo em que o Congresso Nacional fixe as responsabilidades de todos aqueles que estão tentando, de um lado ou de outro, por um caminho ou por outro, por uma causa ou por outra, estrangular o regime democrático no Brasil.

Sr. Presidente, nesta série de fundamentos que considero mais sérios e mais profundos do que aqueles já apresentados, tenho de remontar ao 24 de agosto de 1954, (*muito bem*) tenho de recordar que o ex-Presidente Getúlio Vargas, no período final de seu governo, chegou à conclusão de que o desenvolvimento econômico, de que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, após a implantação do voto secreto, da legislação social, da Justiça do Trabalho, estava dependendo de providências no sentido da modificação de estrutura econômica do País através da fundação das empresas estatais de caráter nacionalista. Foi assim que S. Exa. enviou a mensagem criando a Pe-

trobrás, promoveu estudos para criação da Eletrobrás — transformada em lei há 4 meses, mais até o momento não executada porque o Presidente da República não baixou os respectivos atos constitutivos — mandou levantar a realidade efetiva dos capitais estrangeiros no Brasil e promover a limitação da remessa de lucros para o exterior, a providência mais séria e mais eficiente no sentido de garantir a evolução econômica do País.

Pois bem, Sr. Presidente, após aquelas providências, surgiu a conjugação de forças que levaram ao suicídio o grande Presidente Vargas. São essas forças que, desorientadas e desorganizadas naquele momento, devido à grande reação do Presidente através do próprio sacrifício, que, agora, se reorganizam quando vêem o Congresso Nacional colocar na ordem do dia a lei antitruste; quando vêem o Congresso Nacional formar comissão especial e elaborar o projeto de reforma agrária; quando vêem o Congresso Nacional discutir a limitação da remessa de lucros para o exterior, como providência em favor dos interesses nacionais é contra os interesses estrangeiros estabelecidos no Brasil.

Não, Sr. Presidente, não podemos deixar de ver claro. Não podemos deixar de ir ao âmago da questão. É preciso observarmos que, após a queda do Presidente Getúlio Vargas, o Governo que o sucedeu, embora não tenha destruído aquelas empresas como a Petrobrás e outras organizadas por S. Exa para garantir o desenvolvimento autônomo da economia nacional, favoreceu, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, o progresso cada vez maior do capital estrangeiro, do domínio dos trusts internacionais na economia brasileira. Isto é que vai influenciando agora, como temos denunciado, na política brasileira, no sentido de manter o País atado, amarrado cada vez mais a essas forças estranhas.

Ocorreu neste intervalo, na América Latina, a chamada revo-

* Não foi revisto pelo orador.

lução cubana. Adotou ela as teses que defendiam nesta Casa o Partido Trabalhista, as forças mais progressistas, sem distinção de comunismo ou de anticomunismo — pois temos visto aqui o próprio Partido Integralista, ou o ex-Partido Integralista, chefiado pelo nobre Deputado Plínio Salgado, ao nosso lado, na defesa desses pontos de vista visando o desenvolvimento econômico do povo brasileiro.

Pois bem, Sr. Presidente, desejo que estas coisas fiquem fixadas para que não se deixem jamais de considerar, através do processo que agora se inicia, a influência de todas essas forças que procuram atuar no sentido de impedir que o Congresso Nacional vote os instrumentos legais que haverá de trazer-nos tranquilidade e fortalecer o Brasil. Jamais poderemos deixar de admitir a relação entre desenvolvimento econômico, entre nível de vida e regime democrático. Por isso, temos defendido aqui a evolução pacífica, através do regime democrático, pela votação de todos esses instrumentos legais. Mas é preciso que esses elementos da reação fiquem avisados de que, uma vez provada a impossibilidade, em decorrência da sua intervenção subterrânea, de pacífica e democraticamente, evoluir o povo brasileiro para a conquista de mais altos padrões de vida, esse objetivo será conseguido pela força. *(Muito bem; muito bem. Palmas).*

O SR. GABRIEL PASSOS *(Para encaminhar a votação)* * — Senhor Presidente, Srs. Deputados, quero e peço a Deus me ajude a ser bastante sereno e frio para apreciar os acontecimentos com a maior isenção mas partindo de ângulo inicial que é aquele onde julgo estar o meu dever.

Na qualidade de Deputado, tenho o dever inalienável de me incorporar a todos aqueles que defendem as instituições democráticas, sobretudo quando se diz que

se cogita de suprimir o Congresso, para maiores maquinações contra essas instituições.

Não digo que haja ou tenha havido o intento, mas desejo ver apurada a denúncia. Há dias, Sr. Presidente, temos tido informações de várias fontes de que se tramava um movimento armado, um golpe, contra o Presidente da República, para impor uma ditadura militar ainda que provisória, a fim de facilitar certos propósitos, alguns dos quais altamente reacionários.

Agora surge a acusação, que devemos apurar, de que é justamente no seio do Governo que se elabora o golpe.

Não quero fazer juízo sobre nenhum desses movimentos, antes de estar senhor de todos os dados que levem à certeza da verdade.

Podem ser boatos, meros movimentos superficiais. Mas, de qualquer modo, são profundamente perturbadores da vida da Nação, e todos visam ao enfraquecimento do Congresso.

O nobre Deputado Sérgio Magalhães apontou algumas das deliberações pendentes do Congresso que ferem, fundamente, grandes interesses, e não se sabe se a onda de perturbações, de boatos e de intrigas tem ou não interligação com o aperfeiçoamento de certos estatutos legais necessários para preservar o desenvolvimento da Nação.

Ora, Senhor Presidente, se a nós, Deputados, incumbe precipuamente apurar quaisquer acusações ponderáveis que se façam no sentido de que se trama contra a sobrevivência do Poder Legislativo, esta é uma oportunidade para que a Câmara comece a cumprir o seu dever.

Não quero prejudicar. Não quero imputar a quem quer que seja responsabilidades. Mas não posso deixar em sombra e crepúsculo uma denúncia ainda mesmo crepuscularmente formada. Digo crepuscularmente formada, porque tenho visto na leitura dos jornais que não se sabe se o Senhor Ministro da

* Não foi revisto pelo orador.